

A TRANSIÇÃO DE UMA ESCOLA REGULAR PARA UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: ALGUMAS REFLEXÕES¹

Silvia Regina Rodrigues Kinetz², Isabel Koltermann Battisti³.

¹ RELATO DE EXPERIÊNCIA ENQUANTO PROFESSORA EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, E SUPERVISORA PIBID SUB PROJETO MATEMÁTICA.

² Professora da Rede Estadual de Ensino – Licenciatura em Matemática – UNIJUI. Bolsista de supervisão do PIBID/UNIJUI- subprojeto matemática. Integrante do GEEM e-mail: skinetz@gmail.com

³ Professora do Curso de Matemática – Licenciatura, Coordenadora do Laboratório de Ensino de Matemática. Coordenadora do subprojeto área Matemática do PIBID/UNIJUI. Pesquisadora do GEEM e-mail: isabel.battisti@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

A educação integral é um ideal almejado desde a Antiguidade Clássica e, com o objetivo de buscar a emancipação humana, ressurge na modernidade e concretiza-se na escola pública. Uma escola de tempo integral visa uma educação integral onde o sujeito é visto como único e lhe é proporcionado desenvolver uma cultura democrática, solidária e participativa. Segundo Rio Grande do Sul (2014), ideias e ações propostas por Anísio Teixeira foram consideradas em várias experiências de escolas de educação integral, em suas produções afirma que:

[...] não basta garantir o acesso a escola, era preciso oferecer alimentação e garantir o acesso ao esporte, cultura e lazer, e formar para o trabalho e para a vida em sociedade. Para isso, defendia a necessidade das escolas desenvolverem um programa de formação integral do(a) estudante, que consistia em um núcleo comum, educação física e música, desenho, dança, teatro, ou seja, um currículo integrado entre a formação geral e as atividades de cunho mais lúdico. Só assim seria possível desenvolver as habilidades de estudo e trabalho, necessárias para a vida adulta e para a vida comunitária (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p.6).

A escola na qual atuo com professora e como Bolsista de Supervisão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID/UNIJUI -, subprojeto Matemática passou neste último ano por um processo de transição de uma escola regular, para uma de tempo integral, sendo obrigada pelas circunstâncias financeiras, em menos de um ano de atuação voltar a ser uma escola regular novamente. É desta forma, oportuno se não necessária, neste momento, reflexões acerca das mudanças pelas quais a escola passou neste curto período de tempo, analisando alguns documentos norteadores e alguns fatos ocorridos na tentativa de melhor compreender a escola a qual, em tão curto período de tempo, passa a ser uma escola de tempo integral, não conseguindo manter-se nesta nova proposta, passa então para a estrutura de uma escola regular. Considerando, principalmente, proposições apresentadas por documentos que normatizam e orientam a escola de tempo integral, como o Documento orientador para a reestruturação curricular das escolas em tempo integral ensino fundamental (RIO GRANDE DO SUL, 2014), e aqueles que regem a escola regular, sendo estes o

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XVI Jornada de Extensão

Regimento Escolar (RE) e Projeto Político Pedagógico (PPP), faço uma breve análise dos documentos, relatando reflexivamente principais fatos/mudanças ocorridos neste período. Neste sentido emerge o objetivo da presente escrita o qual visa ampliar entendimentos acerca de elementos norteadores e que regem a escola e, assim, contribuir no entendimento deste processo de passagem/transformação pelo qual a escola transitou/transita.

METODOLOGIA

A escola a qual, neste momento, é objeto de reflexão é pública, da rede estadual e localizada na zona urbana do município de Ijuí/RS. Neste relato que embasa a presente escrita, considero os documentos da escola o RE e o PPP, e as proposições apresentadas pelo Rio Grande do Sul (2014) para relatar e trazer análises/discussão sobre este processo de transição pelo qual a escola passou, ou vem passando. Estas análises se fazem a partir da indicação de aproximações e de distanciamentos acerca de elementos organizacionais e estruturantes da escola, para assim contribuir no entendimento de elementos norteadores e que regem esta escola a qual permaneceu por um breve período como escola de tempo integral, mas que deixa, no seu coletivo, marcas substanciais na sua constituição como instituição de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola de tempo integral é uma proposta cujo olhar está voltado para a reestruturação do ensino fundamental, desafiando o planejamento, a gestão e as práticas docentes, buscando uma qualificação e uma melhor organização dos tempos escolares, para assim oportunizar aos alunos melhores oportunidades de aprendizagens.

Segundo Gonçalves (2006) a educação integral é percebida por meio da valorização da condição multidimensional do sujeito que dela participa. Identifica este sujeito como um ser completo que possui um corpo, uma mente em desenvolvimento, um processo de relações e afetividades.

Nesse sentido, as análises indicam aproximações entre proposições apresentadas pelos documentos considerados neste estudo. O PPP da escola e o documento do estado (RIO GRANDE DO SUL, 2014) apontam para a formação de um cidadão com condições de participar em sociedade, abrangendo aspectos intelectuais, físicos, estéticos e éticos, buscando a emancipação humana. O princípio pedagógico, apresentado pelo PPP da escola, está fundamentado na pesquisa, propõe o estabelecimento de vínculos com a comunidade local e discute a interferência da escola na sociedade e da sociedade na escola, contemplando aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, éticos, estéticos, étnicos e de gênero. Semelhante ao projeto da escola, a proposta do tempo integral na qual a escola foi desafiada a seguir esta pauta em um princípio pedagógico voltado a pesquisa, pois para formar um cidadão crítico e participativo em sua sociedade, na escola é necessário oportunizar momentos de iniciação a experimentação, onde o estudante possa elaborar projetos de pesquisa, interligando as áreas do conhecimento.

Segundo Rio Grande do Sul (2014), a Proposta Político Pedagógica de uma escola de tempo integral deve buscar a construção de aprendizagens pelos estudantes numa jornada escolar ampliada

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XVI Jornada de Extensão

que oferece atividades escolares educativas e diversificadas, de forma articulada à plena utilização do espaço escolar, tendo permanentemente, a preocupação com a condição multidimensional do ser humano e considerando sua dimensão biopsicossocial.

Na jornada escolar ampliada é onde aparece um dos grandes distanciamentos entre o que a escola vinha propondo como escola regular e o proposto pelo documento do estado que normatiza a escola em tempo integral. Uma das grandes mudanças na rotina da escola durante a implantação do tempo integral ocorreu em torno da ampliação da carga horária de 4 (quatro) para 8 (oito) horas diárias, sendo esta distribuída de forma diferente para as séries iniciais e finais. De acordo com Rio Grande do Sul (2014), para as séries iniciais, a formação geral seria ministrada em 20 horas semanais por um professor referência (professor da turma), e as atividades curriculares obrigatórias ministradas por professores das áreas, assim distribuídas: iniciação à pesquisa (2 períodos), leitura e produção textual (2 períodos), experiências matemáticas (2 períodos), arte e cultura (2 períodos), orientação de estudos e leitura (2 períodos), esporte e recreação (2 períodos), educação em direitos humanos (1 período), centro de línguas (2 período) e educação ambiental e desenvolvimento sustentável (2 períodos) computando um total de 17 horas aulas; e as 3 horas restantes destinadas as atividades curriculares eletivas.

Para as séries finais do ensino fundamental o documento do estado(RIO GRANDE DO SUL, 2014) trás a formação geral constituída pelas seguintes disciplinas: língua portuguesa (4 períodos), língua estrangeira (2 períodos), educação física (2 períodos), artes (2 períodos), matemática (4 períodos), ciências sócio histórica 4 (períodos) e ciências da natureza (3 períodos), somando 21 horas semanais; as atividades curriculares obrigatórias com iniciação à pesquisa (2 períodos), leitura e produção textual (2 períodos), experiências matemáticas (2 períodos), arte e cultura (2 períodos), orientação de estudos e leitura (2 períodos), esporte e recreação (3 períodos), educação em direitos humanos (1 período) e centro de línguas (2 períodos), totalizando 16 horas semanais; as demais horas (3 períodos) serão preenchidas pelas atividades curriculares eletivas.

Nesta proposta, adotada pela escola o aluno chegava no período da manhã, às 8h, e saía às 17h, recebendo neste período uma alimentação balanceada, voltada às suas necessidades nutricionais, sociais, atitudinais e cognitivas. Segundo o documento orientador, a ampliação da jornada escolar deve possibilitar a efetivação de novas atitudes, tanto no que se refere à cognição quanto à convivência social, privilegiando o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Neste período em que a escola se propõem a implantar o tempo integral, pode-se perceber certa repulsa dos alunos, principalmente adolescentes do sétimo ao nono ano pelo grande período de tempo em que precisavam permanecer na escola. Muitos com o consentimento dos pais conseguiram transferência para outras escolas, alegando terem que ajudar em casa nos afazeres domésticos ou no cuidado de irmãos mais novos.

A educação integral, através da Politecnia, visa superar a fragmentação, buscando a interação entre os turnos e as áreas do conhecimento, para tanto é necessário um planejamento coletivo entre os professores e as áreas, buscando a socialização de experiências com diferentes olhares para a realidade, fazendo a interdisciplinaridade acontecer com base em um currículo multidimensional. Gonçalves (2006) contribui nestas discussões dizendo que:

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XVI Jornada de Extensão

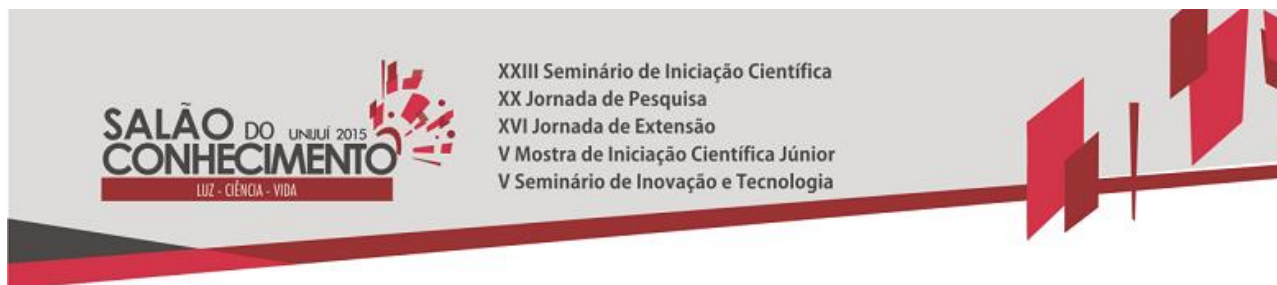
Não se trata apenas de um simples aumento do que já é ofertado, e sim de um aumento quantitativo e qualitativo. Quantitativo porque considera um número maior de horas, em que os espaços e as atividades propiciadas têm intencionalmente caráter educativo. E qualitativo porque essas horas, não apenas as suplementares, mas todo o período escolar, são uma oportunidade em que os conteúdos propostos, possam ser ressignificados, revestidos de caráter exploratório, vivencial e protagonizados por todos os envolvidos na relação de ensino-aprendizagem. (GONÇALVES, 2006, p. 5).

Neste sentido, análises apontam outro distanciamento considerável, porque nas séries finais do ensino fundamental cada disciplina trabalha seus conteúdos, isoladamente com planejamentos diversos, onde em alguns casos podem ocorrer estreitas aproximações baseadas em assuntos definidos como projetos interdisciplinares.

Outro aspecto que se destaca a partir das análises e marca certo distanciamento com proposições do RE da escola e do documento do estado (RIO GRANDE DO SUL, 2014), que deve ser levado em conta e merece um olhar diferenciado é a avaliação da aprendizagem. Na proposta do estado, a avaliação é colocada como emancipatória, onde o estudante deve ser observado em diferentes situações que expressam sua construção do conhecimento, através de uma investigação contínua por meio de registros significativos. Esta avaliação deve estar articulada com o processo de ensino aprendizagem para reorganizá-lo quando necessário. Sendo assim esta avaliação não deve ser apenas do professor para o aluno, mas também do aluno, a autoavaliação, tanto do aluno quanto do professor, se coloca como uma constante, abrangendo uma totalidade desse processo. Já a escola regula traz a avaliação por meio de atribuição de notas, onde é valorizado com maior intensidade o conhecimento do aluno medido por provas, trabalhos escritos, relatos, todos estando relacionados a conteúdos específicos das disciplinas, cada uma avaliando o aluno de forma isolada disciplina por disciplina, olhando para a aquisição de conceitos específicos de cada área do conhecimento. Podemos perceber assim que este é um ponto considerável de mudança e como o próprio documento da escola o PPP, trás na página 25 a seguinte afirmação “A mudança na prática da avaliação implica numa revisão das concepções de aprendizagem. Não adianta mudá-la sem mudar a forma de trabalhar”.

CONCLUSÃO

Com base nas reflexões feitas através dos documentos RE, PPP e Rio Grande do Sul (2014) foram observados duas aproximações e três distanciamentos, sendo estas apontadas como principais. As aproximações analisadas estão consolidadas na concepção da formação de um cidadão consciente e atuante no seu papel na sociedade e no princípio pedagógico, voltado para a pesquisa. Já os distanciamentos voltam-se para a ampliação da carga horária de quatro (4) para oito (8) horas diárias, para a interdisciplinaridade com um currículo multidimensional, vindo de encontro com um ensino fragmentado nas diversas disciplinas escolares, e por último, mas não menos importante, a proposta de uma avaliação emancipatória oposta a uma avaliação medida por conceitos isolados e fora de um contexto social. Estes elementos denotados a partir de aproximações e de distanciamentos apontados a partir da análise de documentos indicam, entre outros, alguns pressupostos os quais a escola vem se constituindo. E marcam, ainda, a necessidade de outras



Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XVI Jornada de Extensão

reflexões acerca das transições as quais a referida escola vem passando, portanto, discussões devem continuar por toda a comunidade escolar, para que possamos, no coletivo, a partir de documentos que a regem e a norteiam, constituir, de fato esta instituição de ensino da qual fizemos parte.

Nesse sentido, discussões e reflexões devem se estabelecer para que possamos construir subsídios, tanto teóricos quanto experienciais pelo coletivo escolar, principalmente pelos professores, para melhor compreender estes processos e assim atuar no sentido da formação integral do aluno.

Os princípios que norteiam a proposta de mudança/transformação em que a escola se inseriu, ou tentou se inserir por um curto período de tempo precisa ser melhor compreendido, principalmente por quem participou deste processo para poder melhor entender os reais motivos que levaram a escola a abrir mão de uma proposta que tem como objetivo ampliar a permanência do aluno na escola, possibilitando a ele novos conhecimentos e uma amplitude na sua valorização como ser humano. Entendo que um, se não o principal, fator que levou ao término tão prematuro da escola de tempo integral está relacionado ao financeiro, à falta dos repasses das verbas; mas me pergunto o quanto outros fatores também interferiram neste processo, pois as mudanças não são simples ações, desacomodam os sujeitos nela envolvidos. As análises indicaram distanciamentos que apontamos a partir dos documentos considerados, uma delas é a mudança na organização da escola; mas talvez a principal mudança ocorrida na escola não se mostre nos documentos, está relacionada à postura dos professores e demais sujeitos envolvidos nesse processo de constituição de uma educação que visa uma formação integral do educando, sendo de tempo integral ou regular. Mas estas questões ficam para serem melhor pontuadas e discutidas em outro momento.

Palavras-Chave: Educação integral; documentos que regem a escola de tempo integral;

Referências

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. Cadernos Cenpec, volume n. 2, p. 1-10, 2º semestre 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento Pedagógico Coordenação de Gestão da Aprendizagem. Documentos Orientador Para a Reestruturação Curricular das Escolas em Tempo Integral Ensino Fundamental. RS: Abril, 2014.